



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TAMIRIS PEREIRA DA SILVA

**OS COMPONENTES CURRICULARES DIFERENCIADOS EM UMA ESCOLA
INDÍGENA DA CIDADE DE RIO TINTO**

JOÃO PESSOA- PB

2016

TAMIRIS PEREIRA DA SILVA

**OS COMPONENTES CURRICULARES DIFERENCIADOS EM UMA ESCOLA
INDÍGENA DA CIDADE DE RIO TINTO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba como parte dos requisitos para a obtenção
do grau de Pedagoga.

Orientador:

Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro

JOÃO PESSOA-PB

2016

S586c Silva, Tamiris Pereira da.

Os componetes curriculares diferenciados em uma escola indígena da cidade de Rio Tinto / Tamiris Pereira da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2016.

35f.

Orientador: Antônio Carlos Ferreira Pinheiro

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação diferenciada. 2. Povo potiguara – Paraíba.
indígena. I. Título.

3. Educação

TAMIRIS PEREIRA DA SILVA

**OS COMPONENTES CURRICULARES DIFERENCIADOS EM UMA ESCOLA
INDÍGENA DA CIDADE DE RIO TINTO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de Pedagoga.

Aprovado em:

15/06/2016

BANCA EXAMINADORA

Antônio Carlos F. Pinheiro

Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (DFE/CE/ UFPB)
(Orientador)

Prof. Fábio do Nascimento FôNSECA (/CE/ UFPB)
(Examinador)

Ao meu filho *Lucas Felipe*, por ser a minha maior motivação em tudo que faço.

À minha *mãe*, por ser meu porto seguro em todos os momentos da minha vida.

Ao meu esposo *Carlos Alberto*, pelo companheirismo e pelo amor que me foi dedicado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por aquecer meu coração com fé, ânimo e esperança.

À Rosângela Pereira da Silva minha amada mãe, pela educação, segurança, amor, confiança e alicerce.

À Neuza Porfírio Pereira, minha querida bisavó (*In Memoriam*) por ter auxiliado na minha formação como pessoa, por toda dedicação, por todo carinho e amor.

Aos professores de toda minha trajetória escolar e acadêmica, que de alguma forma, contribuíram na minha formação, em todos os aspectos.

À minha família, meu filho Lucas e meu esposo Carlos Alberto por tanta felicidade que me proporcionam, pelo bom ânimo que me transmitem, pela confiança, pelo amor que me dedicam, pelo sorriso do meu filho que me fortalecia quando eu pensava em desistir e pelo companheirismo fundamental do meu esposo.

À Luzia Soares, minha avó, por todo apoio que recebi durante minha vida acadêmica.

À Cecília Cordolina (Tia Ceci), por sempre procurar o melhor para mim e cuidar de mim como uma mãe cuida de um filho;

Aos amigos e amigas que acreditaram em meu potencial e de algum modo, me apoiaram nesta trajetória. Desde a mais objetiva palavra, ao mais subjetivo gesto. Em especial, as que em algum momento, pude dividir meus anseios e ansiedades: Allana dos Santos, Carla Chacon, Fernanda Neri, Leslie Lima, Sibeles Rosendo, Treicy Elem e Viviane Chacon.

Ao Professor Antônio Carlos, meu orientador, pelo tempo que me foi dedicado, pela compreensão e por aceitar fazer parte desta etapa tão importante da minha vida.

Ao Professor Fábio Fônsaca, pela disponibilidade de fazer parte da banca examinadora e pelo tempo e atenção que me foi dedicada.

O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico.

(Paulo Freire, 1996, p. 103)

RESUMO

Quando se trata de Educação Indígena, não se tem como deixar de lado a questão cultural e a importância da sua preservação. Nesse sentido, este trabalho procurou proceder algumas discussões acerca do funcionamento de uma escola indígena, localizada na Aldeia Monte Mor, localizada no município de Rio Tinto que fica a 62 km da cidade de João Pessoa. Tem como objetivo investigar como vem sendo aplicado os Componentes Curriculares Diferenciados, conforme orientação oficial. Metodologicamente aplicamos dois questionários, um destinado aos alunos, 16 alunos do 5º ano e um segundo aos professores que lecionam na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Guilherme da Silveira, localizada na mencionada localidade. Para analisar os dados obtidos selecionamos as seguintes categorias: Língua Tupi, Arte Cultura e Etnohistória. Ao adotarmos essas categorias, consideramos que elas nos podem oferecer importantes instrumentos educativos que nos ajudam no processo da retomada histórica das raízes do povo Potiguara na Paraíba, bem como contribuir para o fortalecimento e “empoderamento” dos povos indígenas. A Educação Diferenciada Indígena beneficia a comunidade reafirmando a verdadeira identidade dos Potiguaras, (*resistência*) impedindo, ao mesmo tempo, que caia no esquecimento as suas lutas e resistências no sentido de manter, mesmo que parcialmente, as suas terras e a sua forma de viver. Associado a essa luta maior o povo Potiguara também deseja, uma educação geral e escolarização de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade mais plural, igualitária e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Diferenciada – Potiguara – Educação Indígena

ABSTRACT

When it comes to Indigenous Education, there is no way to set aside the cultural issue and the importance of its preservation. Thus, this study sought to conduct some discussions about the operation of an indigenous school, located in the village of Monte Mor, located in Rio Tinto city that is 62 km from the city of João Pessoa. Aims to investigate how has been applied the Curriculum Components Tiered as official guidance ... methodologically we applied two questionnaires, one for students, 16 students of the 5th year and a second teachers to teach in Indian State School of Elementary and Secondary Education Guilherme da Silveira, located in the said locality. To analyze the data select the following categories: language Tupi, Arts Culture and Ethnohistory. By adopting these categories, we consider that they can offer us important educational tools that help us in the process of historical resumption of Potiguara people's roots in Paraiba, and contribute to the strengthening and "empowerment" of indigenous peoples. The Indigenous Differentiated Education benefits the community reaffirming the true identity of Potiguaras, preventing at the same time, falling into oblivion their struggles and resistance to maintain, even partially, their land and their way of life. Associated with this the biggest fight Potiguara people also want a general education and quality of education that contributes to building a more plural, egalitarian and democratic society.

KEYWORDS: Differentiated Education - Potiguara - Indigenous Education

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional da Saúde

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PROLIND – Programa de Licenciatura Indígena

RCNEI – Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

TI – Terra Indígena

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: A HISTÓRIA INDÍGENA E OS POTIGUARAS NA PARAÍBA	14
1.1 Os Potiguaras na Paraíba.....	16
1.2 A Cultura Potiguara.....	19
1.3 Economia, administração, saúde e religiosidade Potiguara	20
CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA INDÍGENA	244
2.1 A educação indígena diferenciada Potiguara e a implantação das escolas indígenas Potiguaras	26
2.2 Escola Estadual indígena Guilherme da Silveira e os componentes curriculares diferenciados .	27
2.3 Depoimentos dos alunos.....	280
2.4 Depoimentos dos professores.....	291
CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES FINAIS	302
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo acerca da educação escolar destinada a uma comunidade indígena na Aldeia Monte-Mor, localizada no município de Rio Tinto/PB. Pretendeu-se analisar os meios pelos quais os índios Potiguaras, a partir da escolarização formal procuram preservar a sua cultura e seus costumes. Para tanto, procuramos discutir acerca das formas com as quais se dá o trabalho docente tomando como referência as prescrições que se encontram nos Componentes Curriculares Diferenciados que ressaltam os aspectos relativos a Arte e Cultura, a Etnohistória e a língua Tupi.

Os índios Potiguaras de Rio Tinto, durante muitos anos foram obrigados a aceitar a educação que lhes foi imposta pelas classes dominantes, que invariavelmente desprezaram os seus costumes e valores. Diante da tomada de consciência (empoderamento) de todo esse processo de aculturação ao qual foi submetida essa etnia, eles próprios partiram para a luta (resistência) em busca de uma educação diferenciada, adequada aos seus hábitos e costumes, e conseguiram implantar em boa parte de suas escolas localizadas nas aldeias indígenas Potiguaras. O objetivo maior é o da produção de um ensino coeso, ou melhor, vinculado com sua realidade social, cultural e econômica.

O estudo realizado teve como campo de pesquisa a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Guilherme da Silveira, localizada na Aldeia acima mencionada e nela foram realizadas entrevistas com 15 alunos do 6º ano, além dos três professores que nela atuam. (Anexo 1).

A partir do projeto pedagógico da referida escola podemos constatar que a mesma tem como objetivo principal

contribuir para formação de uma sociedade democrática, que valorize a identidade potiguara, formando assim cidadãos que respeitem as diferenças, que entendam seu papel no meio social e contribuam para um futuro melhor para a comunidade, evidenciando a preservação e a revitalização cultural e ambiental do TI (Território Indígena). (PPP da escola)

Para um maior aprofundamento sobre a questão em foco, foi necessário um estudo bibliográfico sobre a cultura, a história e as lutas dos índios Potiguaras, a fim de melhor contextualizar o grupo étnico ao qual aqui trabalhamos.

Do ponto de vista teórico procuramos analisar o nosso objeto de trabalho a partir da ideia de *resistência*, considerando as categorias Arte e Cultura, a Etnohistória e a língua Tupi, conforme mencionamos anteriormente.

Este trabalho encontra-se estruturado em dois capítulos. No primeiro procuramos tecer algumas considerações acerca do contexto histórico do povo Potiguara, destacando algumas de suas lutas (resistências) no sentido de retomar e preservar a sua cultura. Em outras palavras procuramos, ainda, descrever o atual perfil do povo indígena Potiguara.

No segundo nos detemos em analisar como vem sendo efetivado o ensino produzido no âmbito da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Guilherme da Silveira, considerando o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.

CAPÍTULO I: A HISTÓRIA INDÍGENA E OS POTIGUARAS NA PARAÍBA

Sobre na escola, normalmente, aprendemos que o Brasil foi descoberto no ano de 1500 pelo português Pedro Álvares Cabral. Que ao chegar nessa nova terra encontraram nativos da que aqui viviam, denominando-os, genericamente, de índios.

Porém vale lembrar que a história oficial é quase sempre escrita a partir do ponto de vista dos dominantes ou dos vencedores, ou seja, daqueles que tomaram posse da terra e exploraram os recursos naturais e humanos aqui existentes. Todavia, essa perspectiva interpretativa e de relato dos fatos, hoje é bastante questionada surgindo assim novas e diversas interpretações, apontando outras e diferentes verdades. (MOONEN, MAIA, 1992).

Segundo Nimuendaju (1981), em seu mapa etno-histórico, na época da chegada dos colonizadores o Novo Mundo possuía cerca de 1.400 povos indígenas, sendo eles constituídos de grandes famílias lingüísticas, tais como: o Tupi-Guarani, Jê, Karib, Aruák, Xirianá, Tucano, etc. Eles estavam distribuídos em um imenso território e com organizações sociais muito diferentes entre si.

A primeira descrição da terra e de seus habitantes, foi realizada pelo escrivão Pero Vaz de Caminha em 1500, descrevendo os índios de forma positiva, “comparando-os, velada ou abertamente, aos habitantes do jardim do Éden”, conforme ressalta Bittencourt (1992, p. 41). Nesse sentido, abaixo reproduzimos um trecho da mencionada carta que fora remetida ao Rei D. Manuel e que já foi citado por vários estudiosos. Acompanhemos:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos(...) se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual preza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa (CAMINHA, 1999, p. 54 *apud* FREIRE; OLIVEIRA, 2006, p. 26).

Portanto, é importante pensar que se quando os europeus aqui chegaram já havia a população nativa, o Brasil não foi “descoberto”, mas sim *invadido*.

Com base nos estudos realizados por Freire e Oliveira (2006), temos a informação da existência de várias estimativas sobre o número de índios que habitavam o recém território conquistado pelos portugueses. Todavia, não há um consenso, considerando que cada

pesquisador buscou maneiras diferentes para calcular este número. A exemplo, temos os estudos realizados por William Denevan que projetou a existência de quase 5.000.000 (cinco milhões) de índios na Amazônia, posteriormente reduzida para cerca de 3.600.000. Já o historiador John Hemming estimou em 2.431.000 indígenas em 1500, porém recebeu críticas, pois alegavam que ele transportou dados populacionais posteriores a 1500, apesar disso muitos aceitam sua estimativa levando em consideração a precariedade de fontes na colônia.

Como estratégia missionária havia a adoção de intérpretes, os “línguas”, ou o aprendizado do idioma indígena, permitindo o ensino do evangelho às crianças através do aprendizado da escrita e da leitura. Nos “colégios de meninos”, os curumins eram educados através da música sacra e de práticas litúrgicas, utilizando os jesuítas instrumentos pedagógicos como catecismo, vocabulários e gramáticas elaboradas com o auxílio de intérpretes (ANCHIETA, 1933; LEITE, 1965; NEVES, 1978; NÓBREGA, 1931).

Para garantir lucros para a Coroa Portuguesa, os portugueses precisavam encontrar uma mão-de-obra que produzisse riquezas em grandes quantidades. Então iniciou-se a prática do escambo, ou seja, os índios extraíam o pau-brasil, entre outras atividades e em troca recebiam produtos trazidos pelos portugueses da Europa.

No século XVIII, o Marquês de Pombal estabeleceu um conjunto de transformações na administração colonial, assim a escravidão indígena foi oficialmente extinta. Fora a escravidão dos índios, a ocupação portuguesa trouxe outros fatores negativos para os nativos, tais como: o massacre de milhares de índios, ocupação das suas terras, desestruturação do sistema produtivo e das instituições indígenas, mortalidade em função das doenças trazidas da Europa, dentre outros.

O Serviço de Proteção aos Índios - SPI, criado em 1910 pelo governo federal, visava cuidar dos direitos dos índios tais como: garantir a posse dos seus territórios, evitar invasões por civilizados, privar pela organização e cultura dos índios, punir os crimes cometidos contra os índios, impedir guerras intertribais, representar os índios perante a justiça, ministrar instrução primária e profissional aos filhos dos índios, entre outros. Todavia estes objetivos não foram alcançados e a única atividade que o SPI realizou foi a de “pacificar” os índios hostis aos brancos, além de ter criado algumas escolas em postos indígenas, porém poucos deles aprenderam a ler e escrever, tampouco exercer alguma profissão (MOONEN; MAIA, 1992).

Nos anos 1960, muitos funcionários do SPI foram acusados de corrupção e maltrato de índios, e tais fatos ficaram conhecidos internacionalmente”. Dessa forma, diante dessa gravíssima situação o governo federal se viu obrigado a por fim ao SPI substituindo-o em

1967 pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Esta fundação foi criada pela Lei 5.371 do referido ano.

A FUNAI é a Fundação Nacional do Índio, é o órgão indigenista oficial responsável pela promoção e proteção aos direitos dos povos indígenas de todo o território nacional.

A FUNAI aproveitou muita coisa do SPI, como estrutura de pessoal, recursos, dentre outros. Na tentativa de diminuir as críticas sobre a política para índios por conta dos desmandos do SPI, o governo federal propôs elaborar uma nova legislação para os índios, a qual só viria a se concretizar em 1973, quando entrou em vigor a Lei 6.001, o Estatuto do Índio, até hoje não revogado.

Podemos analisar que, mesmo os índios sendo nativos desta terra, após a chegada dos portugueses eles foram perdendo pouco a pouco a sua autonomia, foi preciso criações do governo para assegurar-lhes direitos básicos. É uma luta de séculos que parece não ter fim, uma história que começou em 1500 e que até os dias atuais percebemos o quanto mudou drasticamente a forma de vida desse povo, o quanto eles tiveram que se adaptar a culturas totalmente diferentes da sua, passaram da posição de dominantes para dominados. Atualmente buscam uma ressignificação de seus costumes através dos quais os mais velhos tem para lhes contar e para lhes ensinar, a educação escolar indígena é outra forma de reafirmação, a qual iremos ressaltar mais adiante.

1.1 Os Potiguaras na Paraíba

Iniciamos com uma abordagem introdutória sobre o processo histórico, social econômico e político da identidade cultural dos Potiguara. No Século XVI habitavam o litoral do Nordeste do Brasil, aproximadamente entre as atuais cidades de João Pessoa, na Paraíba, e São Luis, no Maranhão. Variantes do nome, nos documentos históricos, são: Potygoar, Potyuara, Pitiguara, Pitagoar, Petigoar, entre outros. Não há acordo sobre o significado do nome, que geralmente é traduzido como “pescadores de camarão” ou “comedores de camarão”. (BARBOSA, 2004). Segundo Barcellos (2005) outros autores também buscaram traduzir termos, como Sampaio (1987) que dizia ter a palavra o significado de “comedores de bosta” e Pinto (1935) afirmava ser “mascadores de fumo”.

É impossível calcular com exatidão a população potiguara do Século XV, no entanto, um documento de 1601 se refere a 14.000 indígenas da tribo Potiguara assistidos pelos

franciscanos, somente na Paraíba. Já no início do Século XVI os potiguaras mantinham contato regular com os franceses. Ao fundarem um entreposto comercial em Baía da Traição aonde seus navios vinham buscar pau-brasil e algodão alguns franceses ficavam morando com os índios, para garantir a organização das atividades de escambo. (MOONEN; MAIA, 1992).

A presença francesa, naturalmente, não agradava ao Rei de Portugal, porque estes produtos tinham um alto valor comercial. Para expulsar os franceses, foi necessário conquistar e povoar o território ocupado pelos Potiguara, mas os índios não aceitaram o processo de colonização e acabaram atacando as fazendas, engenhos e viajantes. Vários documentos atestam as incursões de *resistência* realizadas pelos Potiguara na defesa de seu território. Iniciam-se longas guerras. No ano de 1579 os Potiguara venceram os inimigos na barra do rio Paraíba. Porém, cinco anos depois com ajuda do governo da Bahia os portugueses construíram um forte nas margens do mesmo rio, e começaram a penetrar para interior em busca dos índios. Mesmo assim com, um grande exército de homens brancos e de índios que se aliaram, os portugueses perderam mais uma vez guerra e fugiram com tamanho medo que ao atravessarem o rio Paraíba ainda morreram muitos a míngua. (MOONEN, MAIA, 1992). Portugueses e índios Tabajara depois de um desentendimento com os Potiguaras lutaram lado a lado. Após uma epidemia, provavelmente de varíola, ter dizimado a população potiguara os sobreviventes se retiraram para o litoral do Rio Grande do Norte.

De 1630 á 1654 o Nordeste brasileiro foi ocupado por holandeses com os quais os Potiguaras se aliaram. Após a expulsão definitiva dos holandeses, os potiguaras foram duramente perseguidos e castigados pelos portugueses. Enfraquecidos, muitos deles foram submetidos por outros grupos indígenas e outros milhares de Potiguara foram escravizados e massacrados pelos colonizadores. No Rio Grande do Norte, mais de 4.000 índios fugiram para o interior e os sobreviventes foram reunidos em aldeamentos, separados entre si, para dificultar qualquer futura resistência. A partir de então, as informações sobre os Potiguara são mais escassas, mas documentos da primeira metade do Século XVIII atestam sua presença na Paraíba, onde eram catequizados pelos carmelitas.

Em meados do Século XIX as terras de aldeamentos dos Potiguara já tinham sido invadidas por não índios, o que não deve ter sido difícil, pois número de índios era reduzido. Inconformados com esta situação, os índios reclamaram várias vezes ao Imperador providências para expulsar os intrusos. (BARBOSA, 2004). Em 1862, Dom Pedro II resolveu acabar com os conflitos entre índios e brancos através do loteamento dos aldeamentos. Cada família indígena receberia um lote em propriedade particular, e as terras restantes seriam distribuídas entre a população regional não indígena.

Em pouco tempo, todos os remanescentes indígenas dos outros aldeamentos foram absorvidos pela sociedade regional. Sem terra coletiva, sem território próprio, a sua sobrevivência como índios se tornou impossível. E assim, graças à morte de Justa Araújo, e não por causa de um movimento de resistência, somente os Potiguara de São Miguel de Baía da Traição escaparam do extermínio e conseguiram sobreviver como Povo Indígena.

Em 1918, a família Lundgren donos da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) – ocupou a terra dos Potiguara. No final de 1925 a Companhia começou a funcionar tendo se apropriado de grandes extensões da área indígena, principalmente para cortar madeira de lei. No início da década de 70 o local foi transformado em instância de veraneio e a indústria já ocupava uma área de 80 km da antiga Sesmaria incluindo terras de tabuleiro e matas, repletas de madeiras valiosas (BARBOSA, 2014).

Seus últimos remanescentes – uma população de aproximadamente 19 mil indígenas – se concentram numa área do litoral norte paraibano situada entre os rios Camaratuba e Mamanguape, dentro de um conjunto de aldeias que constituem três Terras Indígenas (TIs) contíguas, perfazendo um total de 33.757 hectares.

A Rodovia PB-41 adentra as TIs MonteMor ligando a cidade de Rio Tinto a Baía da Traição. Outras estradas de terra recortam o território indígena fazendo a ligação das aldeias entre si e dessas com os centros urbanos.

Os Potiguaras, provavelmente, são os únicos dentre os povos indígenas situados no Brasil, a viverem no mesmo lugar desde a chegada dos colonizadores há 500 anos. A permanência, contudo se deu a custa de resistência às investidas de diversos invasores. Eles resistiram às tentativas de conquista de seu território guerreando bravamente e por meio de diversas formas de resistência e indigenização de elementos da cultura ocidental, do branco, ou seja, povo guerreiro, da terra de Acajutibiró, o Potiguara constitui um grande exemplo de luta entre os povos indígenas no Nordeste brasileiro.

Sua história de contato com a sociedade não indígena remonta ao início da colonização. Hoje, procuram manter a vigor de sua identidade étnica por meio do reaprendizado da língua Tupi-Guarani, do complexo ritual do Toré, da circulação de dádivas nas festas de São Miguel e de Nossa Senhora dos Prazeres, na produção dos idiomas simbólicos, do sangue e da terra e na produção cultural dentro da prática do turismo étnico, e em principal na educação diferenciada indígena.

1.2 A cultura Potiguara

A cultura indígena que prevalece em nossas memórias é aquela de pessoas que usam poucas vestes, vivem diretamente ligados a natureza, sobrevivem da caça, da pesca, da agricultura e acima de tudo, são guerreiros natos. Após a chegada dos europeus, ocorreu aquele choque de culturas, culturas essas extremamente distintas. Com a intenção de alterar os costumes dos índios, a solução foi integrar os nativos ao trabalho colonial, sendo eles submetidos aos valores cristãos, tornando-se “humanizados”. Foi necessário que os jesuítas que aqui catequizaram os índios aprendessem sua língua, tornando mais fácil a comunicação entre eles. Durante este período havia muitos confrontos entre os missionários religiosos e os pajés que eram julgados como feiticeiros, bruxos, pensamento este de raízes medievais da luta cristã contra a feitiçaria (FREIRE, OLIVEIRA 2006).

Esse processo também foi vivido pelos Potiguara, sem ser levado em consideração como diz Moonen e Maia (1992) que todas as culturas são dinâmicas, e estão em constante mudanças, e que proibir o povo de evoluir de acordo com sua forma, seria o mesmo que impedir uma criança de crescer, e continuar dizendo que é sim condenados os processos que tornaram as culturas tradicionais indígenas inviáveis, impondo aos índios uma cultura alheia, contra a sua vontade.

Ao falar sobre cultura, mais precisamente da cultura Potiguara é inevitável citar o Toré. Como afirma Júnior e Palittot:

Na atualidade o Toré representa o maior elemento cultural das manifestações indígenas, não só em relação a própria cultura, mas a religiosidade, sendo um ritual que possui conjuntura baseada na música, na dança, na ingestão de bebidas e contatos com seres espirituais e os antepassados por meio do transe mediúnico, ou seja, há comunicação entre os vivos que realizam este ritual e as almas daqueles que já faleceram (BARBOSA JÚNIOR; PALITOT, 2005).

O Toré, segundo a cartilha “Os Potiguaras pelos Potiguaras” (2005) que foi elaborada por professores e alunos Potiguara da Baía da Traição, é um ritual indígena que em forma de círculo é dançado com o acompanhamento de gaitas, tambores e maracás. Este ritual é sagrado para os Potiguaras e é dançado em momentos especiais para eles, sendo esta expressão um símbolo da luta e resistência dos índios durante todos esses anos. Eles têm no som dos tambores e da gaita uma representação de que os guerreiros Potiguara ainda lutam e

resistem a outras culturas. Para eles o Toré significa verdadeiramente a sua própria cultura. Durante a dança são entoadas músicas que retratam os momentos de lutas e vitórias, relatando também as crenças e a beleza dos animais nativos, sendo essas canções executadas de acordo com a cerimônia.

Barbosa Júnior e Palitot (2005) dizem que em todas as entrevistas que fizeram com os Potiguara sobre o Toré, foram unânimes em afirmar a antiguidade da prática, do mesmo modo referiam-se a períodos que esta manifestação cultural foi pouco realizada devido as circunstâncias de repressão sofrida em cada aldeia. A exemplo de MonteMor que passou pela repressão da Companhia de Tecidos de Rio Tinto.

Quando falamos em trabalho indígena vem na mente a caça, a pesca, a cultura de subsistência, mas, atualmente o trabalho indígena não é caracterizado apenas por essas práticas, muitos deles trabalham em setores privados, públicos ou aceitam empregos oferecidos por agentes externos, como exemplo temos a aldeia de Camurupim, onde empresários constroem viveiros de camarões nos quais os índios locais trabalham.

Mesmo tendo toda essa variação em costumes, valores, hábitos e convivendo com outros homens de culturas diferentes, estes remanescentes possuem raízes verdadeiramente indígenas, e cada vez mais a população Potiguara concentra esforços a fim de fortalecer os movimentos que tragam benefícios para a comunidade, assim como a questão da educação diferenciada.

1.3 Economia, administração, saúde e religiosidade Potiguara

Os Potiguaras durante muito tempo obtiveram seu sustento através da agricultura, tendo como principais produtos a mandioca, o milho, a batata, o feijão, o jerimum e o amendoim. A extração de madeira também foi por muito tempo uma maneira de adquirir dinheiro para complementar a renda familiar, mesmo a FUNAI proibindo a devastação das matas.

Segundo Moonen e Maia:

os Potiguaras antigos realizavam, assim como a extração de madeira, a coleta de frutas típicas da região, a fruticultura, sendo a mangaba e o caju as principais frutas comercializadas para a fabricação de bebidas fermentadas, e do caju também era utilizada a castanha. As mangabas eram apanhadas pelos mais velhos, mulheres e crianças e vendidas nas feiras locais. Porém, esse empreendimento não trazia muito lucro, devido esses produtos ter preço baixo no comércio. Além dessas frutas que eram vendidas, haviam as fruteiras individuais que o dono adquiria com a compra da planta ou como

herança, sendo elas a bananeira, coqueiro, mangueira, jaqueira e laranjeiras. (MOONEN, MAIA, 1992, p.14)

Atualmente, não sendo diferente de muitos anos atrás, o povo indígena sempre procurou cuidar bem da terra, que para eles é algo sagrado, pois é dela que sai o sustento de suas famílias. Se esforçam no preparo, no plantio, no cultivo e na colheita. Outra fonte de alimentação para eles é a pesca, que de acordo com Moonen e Maia (1992, p.16):

A pesca também é mencionada em documentos históricos como meio de subsistência para os Potiguaras. Esta pesca era de linha feita de tucum, e anzol, com redes, arco, flecha e arpão, e utilizavam canoas e jangadas nos rios e no mar. Do mesmo modo que se sustentavam de animais aquáticos, os Potiguaras também criavam outros animais como o porco, a cabra e galinha, tanto para vender como para o próprio consumo, pois para eles estes animais eram uma grande riqueza, sua grande alegria nos dias de festa.

Com relação a administração, uma comunidade indígena é representada por um cacique local, que pode ser tanto um homem quanto uma mulher. A escolha desse líder da aldeia é realizada por meio de reuniões nas quais todos da comunidade participam da eleição.

De acordo com Barcellos (2005) não há um tempo determinado para a permanência do cacique no mandato como líder, pois ele pode exercer tal função por vários anos, ou até mesmo por alguns dias. Tudo isso depende de sua aprovação e aceitação por parte dos demais, em relação ao seu compromisso, desempenho e responsabilidade como representante da aldeia.

Os estudos de Barcellos (2005) nos deixa claro que há diversas formas de eleger o cacique, podendo ser por aclamação, quando os envolvidos manifestam-se publicamente levantando a mão; por votação não secreta, pela qual cada índio pronuncia em alta voz o nome do seu candidato escolhido; ou até por votação secreta, na qual cada um deposita seu voto numa urna, e estes votos são apurados e levado o resultado para a aldeia.

Na aldeia MonteMor, a função de cacique atualmente é exercida por uma mulher, Claudedir da Silva Braz, mais conhecida como Cal. A mesma também foi eleita nas últimas eleições como vereadora da cidade de Rio Tinto. Além do cacique da aldeia também existe um cacique geral para os índios Potiguara, posição esta assumida hoje por Sandro Gomes Barbosa. Este cacique geral é responsável pelas articulações externas e pela representação da etnia nas diversas circunstâncias necessárias.

No que diz respeito a saúde, dentre as doenças que mais contaminaram os índios Potiguara foram mais comum a verminose e a sífilis. A primeira segundo Moonen, Maia (1992) foi causada pelas péssimas condições de higiene que a maioria desse povo vivia, muitas crianças costumavam andar descalças, os adultos também apresentavam o mesmo costume, e não havia em algumas regiões água encanada, sendo necessária a utilização das águas de rios que frequentemente eram contaminadas, pois estes serviam tanto para higiene pessoal, como para beber, fazer comida, lavar roupas, louças a banho de animais. A ausência de banheiros com água encanada também era uma das maiores causas de contaminação por verminose, pois por falta destes muitos habitantes realizavam suas necessidades fisiológicas nas margens dos rios.

A segunda doença, sífilis, como sabemos é transmitida por meio de relações sexuais, e quanto a esta questão Moonen, Maia (1992), diz que esta doença deve ter sido introduzida entre os Potiguara com o contato que tiveram com os europeus durante o século XVI.

Em 2005, Barcellos mostra que foram alcançadas algumas conquistas sobre a saúde, porém ainda muito tímidas em relação as necessidades que estes índios possuem. E salienta que a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) dá assistência diferenciada para eles, mas está longe de atender a todas as necessidades da população. Em 1967 com a criação da FUNAI várias instituições e órgãos governamentais tomaram responsabilidade sobre a saúde do índio. No entanto, em 1999 foram criados 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) descentralizando este atendimento por meio de convênios com prefeituras e instituições, reduzindo a ação direta do Estado, estes DSEIS ficaram sob a responsabilidade da FUNASA e possuíam um conjunto de equipamentos que permitiam a realização de atendimentos de baixa e média complexidade, ficando as ocorrências de alta complexidade a cargo de hospitais regionais.

Contudo, durante mais ou menos duas décadas a FUNASA demonstrou não ter capacidade suficiente para atender as necessidades de saúde do povo indígena, pois apresentava um quadro de funcionários improvisados, insuficientes para a demanda e por influências políticas logo foi loteada, gerando diversos escândalos de corrupção em todo país.

No dia 24 de março de 2010 foi anunciada a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena com a responsabilidade de elaborar, propor e implementar as políticas públicas de promoção e proteção da saúde indígena, o que era reservado a FUNASA. Apesar desta instituição ter sido extinta, os DSEIS continuaram fazendo seu papel de articulação entre a secretaria e os polos bases nas aldeias, melhorando com isso os atendimentos

significativamente. Este fato pode ser visto como um ponto positivo para a melhoria da saúde desse povo.

Falando sobre religiosidade, podemos dizer que desde o início da colonização os nossos índios passaram por um processo de imposição da religião católica, através da catequese ministrada pelos jesuítas, ou seja, seus rituais religiosos já começaram a ser banidos uma vez que são introduzidas práticas com crenças e ritos muito diferentes dos seus.

Até o ano de 1966 eram perseguidos pelo estado todos aqueles que realizassem rituais religiosos de origem africana e indígena, como o catimbó. Somente a partir desse mesmo ano, por meio da Lei 3443, é autorizada a livre execução de atos religiosos afro-brasileiros. Hoje em dia, a crença nesta prática ainda persiste, no entanto de forma menos fervorosa.

Ao serem perguntados de qual religião faziam parte, no ano de 1975, segundo Moonen, Maia (1992) a maioria dos Potiguara se dizia católico, porém a assistência material e religiosa dada pela Igreja Católica, naquele tempo, era de condições muito precárias, tendo estes índios que pagar por missas, batizados e casamentos, e recebiam os serviços de qualquer forma que eram realizados por um padre holandês da cidade de Rio Tinto. No fim desta década a Igreja Católica preocupada com o crescimento dos protestantes, a qual se instalava na região de maneira gradativa, começa a dar mais atenção aos Potiguara trazendo algumas freiras para cuidar da educação dos filhos dos pais que podiam pagar a mensalidade da escola.

Hoje é possível vermos os Potiguara realizando suas práticas religiosas mais frequentemente, seja ela no culto a natureza, na crença católica, ou no protestantismo, movimento que hoje é conhecido como evangélico. Os Potiguara acreditam na força que a natureza tem sobre suas vidas e realizam adorações a diferentes lugares sagrados, como a terra, as matas, a água, as furnas, suas ocas e Igrejas que foram construídas em suas aldeias.

CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA INDÍGENA

Segundo Freire (2002), a educação é um processo político e social porque ela não acontece de forma isolada, mas no coletivo, um sujeito aprende com o outro, por meio da cultura dos saberes e valores.

A educação deve oferecer meios para que o homem possa viver dignamente na sociedade, sem desrespeitar sua cultura, suas tradições e convicções, permitindo ao homem a superação de si mesmo, aumentando a sua auto-estima, fazendo renascer suas potencialidades.

De acordo com Kanatyó (2004) a educação escolar indígena tem acontecido desde os tempos da colonização através das catequeses jesuíticas imposta pelos colonizadores. Neste período houve uma mistura de cultura. Algumas culturas, espiritualidade e línguas foram aos poucos adormecidas, contudo jamais esquecidas, porque não é muito fácil desprezar seus saberes culturais e sua identidade..

Nestas últimas décadas foram acontecendo profundas transformações no quadro político brasileiro, porque a sociedade civil se organizou através de várias entidades entre elas as indígenas que passaram a participar de maneira ativa no cenário político do país, onde acontecia a luta por suas terras e pelo direito de falar a sua língua materna e poder manter viva a sua cultura e espiritualidade.

Foi a partir de muita luta e nesse novo contexto de resistência política que a escola indígena aparece para assumir um novo papel frente aos grupos indígenas, passando de instrumento de dominação a instrumento de reafirmação étnica e cultural, lançando as bases um diálogo onde os índios se constroem como sujeitos pensantes capazes de reivindicar o que se garante a Constituição Federal (CF) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garante uma escola bilíngue e diferenciada.

Os direitos conquistados politicamente pelos índios são garantidos em lei, a partir da Constituição Federal de 1988, que assegura o direito do uso da língua materna e aos processos próprios de aprendizagem, possibilitando assim uma escola indígena diferenciada. Podemos observar esse direito no Capítulo III, no artigo 210, inciso 2, quando afirma que: “[...] o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, asseguradas as comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”

No ano de 1993, o Ministério da Educação resolveu garantir os direitos conquistados na constituição publicando o documento intitulado “A Educação Indígena” elaborado para servir de referência básica aos planos operacionais dos Estados e Municípios em relação

aeducação indígena. Este documento retrata a principal mudança quanto ao caráter da legislação brasileira que passa a reconhecer o direito a diferença e a proteger as organizações sociais, costumes, crenças e tradições próprias das populações indígenas.

A Constituição garante que a escola diferenciada indígena deve ser intercultural, bilíngue, específica e diferenciada, o que permite a sociedade indígena a preservação de sua identidade étnica e garantia da própria existência. Dessa forma, a escola passa a ser um espaço positivo de sua reconstrução, por isso se faz necessário que os próprios índios sejam pesquisadores de sua própria cultura e tenham cursos de formação de professores indígenas, para se tornarem, administradores de seu sistema escolar (KANATYO, 2004).

Já com relação a formação de professores indígenas, segundo Kanaty (2004), os professores indígenas passaram a ter direito a curso de formação específico para índios a partir da criação do documento de 1993, denominado de Política da Educação Indígena e da nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 9394/96.

Os dois documentos acima citados garantem a formação dos professores através de programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta da educação escolar bilíngue intercultural, de modo que os povos indígenas possam ter a recuperação de suas memórias históricas e a sua identidade étnica. A escola indígena tem como objetivo o fortalecimento das práticas sociais culturais e a língua materna, currículo e programas específicos incluindo os conteúdos culturais. Para orientar a prática pedagógica nestas escolas diferenciadas foi criado o Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas (RCNEI).

O currículo específico para as escolas indígenas está assegurado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 210, que garante as comunidades indígenas o uso da própria língua e de seus processos de aprendizagens próprios, além disso está também garantido no artigo 7, que delibera sobre o desenvolvimento dos currículos e programas específicos, incluindo línguas, culturas e processos pedagógicos, mostrando claramente que a escola indígena deve ser realmente diferenciada, já que o povo indígena tem costumes, valores, religiosidade e cultura própria, embora tenha somado a sua cultura muitos costumes de outros povos, principalmente dos que foram seus colonizadores, ou mistura de povos que conviveram por muito tempo, no entanto jamais perderam a sua identidade (Resolução nº 3 de 10/11/99, da Câmara de Educação Básica).

O artigo 26 da LDB deixa claro que o currículo diferenciado indígena deve considerar as características regionais e locais da comunidade remanescente, considerando a cultura e economia da clientela. Portanto, no caso das escolas indígenas não basta apenas a instituição passar a ensinar a língua materna, é necessário incluir conteúdos que sejam propriamente

indígenas, mas para que tudo isso seja possível é necessário que o sistema estadual de ensino propicie meios para os professores índios, juntamente com suas comunidades, formulem seus currículos.

O currículo das escolas indígenas deve ser composto pela língua materna, crença, memória histórica, saberes ligados à identidade étnica, as suas organizações sociais, do trabalho e das relações humanas e as manifestações artísticas, sendo esta a base fundamental do currículo. Este deve garantir a construção do conhecimento que é necessário ao índio e não índios, para que tenham trabalho digno, tenham bom relacionamento com seu próximo, com Deus e com a natureza.

O RCNEI enfatiza a necessidade de tornar a escola diferenciada indígena liberta das formalidades estatísticas e programas das escolas não indígenas. O calendário escolar deve ser feito com o cuidado de atender as necessidades da aldeia, não sendo necessário o cumprimento de duzentos dias letivos.

De acordo com Kanatyó (2004) a implantação das escolas indígenas não aconteceu por acaso, ou porque as autoridades e políticos compreenderam que era necessário, na verdade foi uma conquista dos povos indígenas, grupos de movimentos populares, que se organizavam e reivindicavam dos governantes, que eles pertencem a um grupo étnico que tem costumes e cultura diferenciada. Não era justo está sempre sujeita ao sistema educacional, que não valoriza esses saberes culturais nem a sua língua.

2.1 A educação indígena diferenciada potiguaras e a implantação das escolas indígenas potiguaras

Segundo Pontes (2004), a educação diferenciada indígena Potiguaras, é o resultado de conquistas do povo desta etnia, que lutaram para ter o que garantia a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, que autoriza o direito dos povos indígenas a ter escola diferenciada, considerando que esta etnia tem cultura distinta dos povos não índios e que estes direitos foram negados a partir do processo de colonização e depois pelo sistema capitalista como o surgimento das indústrias.

A educação dos Potiguaras faz parte das relações do povo com a cultura, que ocorre através da iniciação das crianças nas práticas religiosas e culturais, num processo de herança deixada de pai para filho, além das histórias de vida contada pelos anciões (oralidade), que

tem contribuído na atualidade para fazer parte do currículo escolar, fazendo com que a educação informal passe a fazer parte da educação formal sistematizada.

O povo Potiguara tem conhecimento de sua história, e tem aos poucos resgatado a sua língua (Tupi), suas danças, seus mitos e seus ritos, aliado a sua espiritualidade, já que eles possuem religiões diversificadas, mas esta espiritualidade tem base na religião nativa, na consciência de que tudo que existe na natureza tem a presença do criador, o que tem contribuído para maior proteção ao meio ambiente (VASCONCELOS, 2009).

Segundo Barcellos (2005) os Potiguaras tem sentimento de amor e respeito pelos lugares sagrados que sejam não construídos como mapas, os rios, os mares, o espaço, além de lugares construídos como: cemitérios, furnas, ocas, por ser estes os locais em que eles realizam seus rituais, entram em contato com Deus (Tupã), realizam orações de cura espiritual. Portanto, esses valores culturais e espirituais é parte primordial das práticas educativas potiguaras.

A educação diferenciada potiguara é muito rica culturalmente pela diversidade de saberes que é próprio deste povo, o que justifica a escola diferenciada ser tão desejada por eles, para incentivar e reavivar saberes e valores culturais adormecidos pelo processo de aculturação.

Apesar da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e bases de 1996, não foi nada fácil ter nas aldeias as escolas diferenciadas indígenas, todo processo de implantação surge muito lentamente, numa luta constante do povo Potiguara. A maioria das escolas que hoje são indígenas diferenciadas pertencem ao Estado e passaram a ter um atendimento diferenciado por parte da Secretaria de Educação no que se refere ao currículo, aos programas e a contratação de professores indígenas, sem a indicação dos políticos, mas a partir do desejo dos caciques e do anseio da comunidade.

2.2 Escola Estadual Indígena Guilherme da Silveira e os componentes curriculares diferenciados

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Guilherme da Silveira foi construída pelo Grupo Lundgren no ano de 1945 para oferecer educação aos operários da fábrica e suas famílias.

No mês de maio de 2004 às 08:30h com o apoio da comunidade e lideranças indígenas, a comunidade indígena de MonteMor sentiu a necessidade de fazer a retomada da escola para

que fosse implantada uma educação diferenciada naquele educandário, assim ocorreu uma mudança no quadro dos professores, gestão escolar e pessoal de apoio, onde a comunidade fez a escolha, a escola passou por um processo de mudança tendo assim uma implantação de novos componentes curriculares: Tupi, Etnohistória e Arte Cultura. Atualmente a escola é administrada por Lesliene da Silva Lima, índia Potiguara, natural de MonteMor.

No currículo diferenciado da escola existem três disciplinas voltadas para a cultura dos mesmos, o Tupi, Etnohistória e Arte Cultura. Atualmente boa parte dos professores que são indígenas, valendo ressaltar que na escola também lecionam não indígenas, só que em minoria, fazem parte do PROLIND , que é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, ofertado pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na cidade de Baía da Traição, porém este, só pode cursar quem é indígena.

No município de Rio Tinto estão presentes três escolas diferenciadas indígenas, uma delas acima citada, a Escola Estadual Indígena Lopes Ribeiro que também situa-se em MonteMor, e a Escola Estadual Indígena Cacique Domingos, situada na Aldeia Jaraguá, também pertencente ao município de Rio Tinto.

2.3 Depoimentos dos alunos

De início pretendi aplicar os questionários em uma turma de 5º ano, mas os professores acharam melhor a turma do 6º, com 15 alunos, já que tinham opiniões mais formadas e certo amadurecimento escolar. Perguntei se eles poderiam auxiliar minha pesquisa respondendo a um questionário, os mesmos não ofereceram resistência.

De acordo com as respostas relacionadas ao questionário que foi aplicado durante a pesquisa de campo, a maioria dos alunos indígenas, entre 10 e 14 anos, nascidos em MonteMor, alguns já estudaram em escolas não indígenas, a exemplo de uma situada na aldeia pertencente ao município de Rio Tinto, ressaltaram como diferença entre as escolas as disciplinas e os eventos, a maioria estuda na escola há mais de dois anos e dentre os componentes curriculares diferenciados exaltaram o Tupi e Arte Cultura.

Segundo os mesmos, as aulas de Tupi são muito interessantes, começam em um nível básico, aprendendo saudações, as cores, os nomes dos animais e de acordo com a evolução dos anos os conteúdos vão ficando mais complexos. Já com relação a Arte Cultura, gostam de estudar as músicas cantadas no ritual do Toré, o significado das pinturas corporais e o artesanato indígena.

Outro ponto que foi levantado, é que sempre nas comemorações da escola, como datas comemorativas, mantém a cultura viva dançando o Toré, fazendo exposição de artesanatos, pintando o próprio corpo, relataram que essas são formas de não deixar cair no esquecimento suas origens, ressaltando que os não-indígenas participam ativamente de todas as atividades.

2.4 Depoimentos dos professores

Com relação aos professores, percebi o orgulho deles ao falar da conquista do currículo diferenciado, mostraram grande amor pelo que fazem e muito orgulho pela cultura Potiguara.

Com base no questionário, os três entrevistados são Potiguaras nascidos em Monte Mor, com idades entre 35 e 42 anos. Dos três dois lecionam em outra escola, indígena também, relatam seus esforços para garantirem uma boa aprendizagem para os alunos já que encontram dificuldades relacionadas a estrutura física da escola Guilherme da Silveira, tendo a mesma provisoriamente salas de aula improvisadas por conta da espera longa de uma reforma que segundo eles nunca chega.

Os mesmos reafirmam a importância dos componentes curriculares diferenciados na comunidade onde vivem, onde em sua maioria é composta por índios Potiguara e enfocam a educação como ponto forte da preservação da cultura, através do resgate do Tupi, da Etnohistória que não deixa cair no esquecimento a origem, os massacres e as lutas de um povo que lutou para conseguir os direitos que hoje podem usufruir. A beleza da Arte e Cultura que permite as crianças saberem cantar músicas feitas por seus ancestrais para serem cantadas em cerimônias e em datas especiais, as pinturas corporais, as quais embelezam o corpo e são carregadas de significados simbólicos, o artesanato indígena e suas peculiaridades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo bibliográfico que realizamos sobre a história dos índios Potiguara e sua diversidade cultural podemos concluir que estes remanescentes de fato desenvolveram todo um movimento de *resistência* e de *empoderamento*. Isso ficou ainda mais claro em relação aos aspectos educacionais e escolares, as quais deram realce as suas especificidades culturais e sociais.

Sabemos, no entanto, que a escola não é o único lugar onde ocorre a aprendizagem, ou seja, as iniciações e as práticas religiosas, além das histórias dos seus antepassados que são recontadas e lembradas pelos mais velhos, são momentos importantíssimos para a valorização e internalização de saberes e conhecimentos populares. Esses se somam àqueles efetivados no ambiente escolar que também ensina conhecimentos científicos.

Com base nos resultados obtidos a partir do roteiro de entrevista que foram aplicados, percebemos quão grande é o esforço dos Potiguara para manter firme e forte sua cultura, o quanto eles desejam que seus filhos da terra saibam da luta que eles enfrentaram e enfrentam para se manterem de pé em meios a uma sociedade que prefere valorizar quem chegou e invadiu do que quem sempre aqui esteve.

Eu, como aluna de um curso de educação e enquanto futura pedagoga considero rica e significativa as aprendizagens que obtive durante minha pesquisa. Com certeza passarei a enxergar a história do meu país com outros olhos, para ser mais específica com um olhar mais crítico, me sinto mais firme e consistente com relação à história indígena, a cultura Potiguara e aos avanços conquistados através de muita luta por uma educação diferenciada.

REFERÊNCIAS

- ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre José de Anchieta: (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1933.
- BARBOSA, Alexandra. **O índio Potiguara em defesa do seu território**. São Paulo: Editora Brasil, 2004.
- BARBOSA JÚNIOR, Fernando; PALITOT, Estevão Martins. Todos os pássaros do céu: O Toré Potiguara. In: GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Toré: Regime encantado do índio do nordeste**. Recife: Fundaj, Editora Massagana, 2005.
- BARCELLOS, Lusival A. **As Práticas educativas, religiosas dos Índios Potiguaras da Paraíba**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.
- BITTENCOURT, Lucia. “Cartas brasileiras: visão e revisão dos índios”. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.39-46.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição Federal**.. Brasília, DF: República Federativa do Brasil, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Indígena**. Resolução nº 3 de 10/11/1999 da Câmara de Educação Básica. João Pessoa 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília, DF. Dezembro, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular para as escolas indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEC, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena na formação do Brasil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.
- KANATYO, Marcos. **A dimensão política pedagógica na formação de professores indígenas**. Apostila dos cursistas de formação continuada. João Pessoa, 2004.
- LEITE, Serafim, S. J. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965. (10 volumes).
- MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz, (Orgs.). **Etnohistória dos índios Potiguara**. João Pessoa: PR/PB; SEC/PB. 1992.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

NIMUENDAJU, Curt,. **Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil: 1549-1560**. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931, p 229-245.

OS POTIGUARA PELOS POTIGUARA. Serviço Gráfico/SEGRAF/FUNAI: Baía da Traição, 2005.

PONTES, Sônia. **Educação Diferenciada Indígena**. Monografia, Faculdade Integrada de Patos (FIP). João Pessoa, 2004.

VASCONCELOS, Carmem Maria. **Espiritualidade e Etnoecologia Potiguara**. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

ANEXO 1

Roteiro de Entrevista: 1 (ALUNO)

Eu, Tamiris Pereira da Silva, estudante do curso de Pedagogia aplico este questionário para fins do meu trabalho de conclusão de curso, orientado pelo professor Antônio Carlos Ferreira Pinheiro. Esta pesquisa tem como propósito investigar como se processa a educação-escolar vinculada à cultura indígena em uma Aldeia Potiguara, localizada no município de Rio Tinto – PB.

Por motivos éticos saliento que sua participação será mantida em sigilo.

Desde já agradeço a sua atenção e participação.

Entrevistado/a: _____

Sexo:

- a. Masculino b. Feminino

1. Idade:

- a. Menos de 10
b. 10 – 14
c. 14 – 18

2. Você é Potiguara?

- a. Sim b. Não

3. Nascido em que tribo ou aldeia? _____

4. Você já estudou em uma escola não indígena?

- a. Sim b. Não

5. Caso você já tenha estudado em outra escola, que diferenças você percebe em relação à escola indígena que você hoje está matriculado?

6. Quanto tempo você estuda nesta escola?

7. A sua professora é indígena ou é apenas vinculada a comunidade?

8. Relate qual o componente curricular diferenciado que você mais gosta de estudar. Explique.

9. Além dos estudos realizados na sala de aula, a escola promove outros tipos de atividades que venham a fortalecer os laços de identidade e culturais?

ANEXO 2**Roteiro de Entrevista: 2 (PROFESSORES)**

Eu, Tamiris Pereira da Silva, estudante do curso de Pedagogia aplico este questionário para fins do meu trabalho de conclusão de curso, orientado pelo professor Antônio Carlos Ferreira Pinheiro. Esta pesquisa tem como propósito investigar como se processa a educação-escolar vinculada à cultura indígena em uma Aldeia Potiguara, localizada no município de Rio Tinto – PB.

Por motivos éticos saliento que sua participação será mantida em sigilo.

Desde já agradeço a sua atenção e participação.

Entrevistado/a:

1. Sexo:

a. Masculino b. Feminino

2. Idade:

Menos de 25 anos

26 – 30 anos

31 – 36 anos

Mais de 36 anos

3. Você é Potiguara?

a. Sim Não

4. Nascido em que tribo ou aldeia? _____

5. Você já ensinou ou ensina em uma escola não indígena?

a. Sim b. Não

6. Caso você já tenha ensinado ou ensina em outra escola, que diferenças você percebe em relação à escola indígena que você hoje está atuando?

7. Como você avalia a qualidade da escola?

8. Quais os problemas que você identifica na escola?

9. Qual a importância dos componentes curriculares diferenciados na preservação da cultura do povo Potiguara?

10. Que conteúdos ou matérias você considera que os alunos mais se identificam? Por que?